

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO
Estado do Paraná

Nº	NOME	MÓDULO/ANO SÉRIE/SEMESTRE	DATA DE NASCIMENTO	RG/Nº	CPF/Nº	CURSO ACADÊMICO
63	MARCELA FERNANDES PEREIRA	2ª SÉRIE	13/09/2002	14.871.094-5 - SSP/PR	131.662.548-43	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
64	MARIA EDUARDA PRATA	2ª SÉRIE	28/07/2003	15.851.731-1 - SSP/PR	091.494.879-22	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
65	MARIA RITA LOBO	3ª SÉRIE	25/06/2002	14.373.378-5 - SSP/PR	118.651.829-40	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
66	MARIA VIRGINIA DA SILVA ROSSI DANIEL	2ª SÉRIE	09/09/2002	14.864.410-1 - SSP/PR	086.831.139-14	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
67	MARIANE VAZ LIMA ARAUJO	3ª SÉRIE	06/12/1984	8.075.653-4 - SSP/PR	061.566.469-57	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
68	MAYCHELLE RIBEIRO DIAS	3ª SÉRIE	05/03/2002	14.864.875-4 - SSP/PR	124.808.529-97	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
69	NATHALLA PINHEIRO BONDEZAN	3ª SÉRIE	04/01/2002	14.961.242-4 - SSP/PR	095.878.019-42	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
70	RAFAELA LUIZA CASAGRANDE	2ª SÉRIE	24/10/1983	9.276.910-0 - SSP/PR	355.800.768-94	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
71	RAFAELLY DA SILVA BUENO	3ª SÉRIE	14/09/2001	14.901.015-7 - SSP/PR	119.243.209-67	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
72	RIJUANNA COCCOLETI AMARAL	3ª SÉRIE	31/12/2002	14.267.324-0 - SSP/PR	116.633.439-26	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
73	THAINY VICTÓRIA DE LIMA	3ª SÉRIE	05/03/2002	15.003.500-7 - SSP/PR	116.355.479-03	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
74	VICTÓRIA STEPHANIE LOPES SOUZA	2ª SÉRIE	04/03/2001	14.770.358-9 - SSP/PR	137.811.878-00	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)

ANEXO II
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PARA AS VAGAS RESERVADAS A CANDIDATOS PERTENCENTE A FAMÍLIA DE BAIXA RENDA

Nº	NOME	MÓDULO/ANO SÉRIE/SEMESTRE	DATA DE NASCIMENTO	RG/Nº	CPF/Nº	CURSO ACADÊMICO
01	BRUNA CAROLINA DA SILVA XAVIER	3ª SÉRIE	17/06/2002	14.747.445-8 - SSP/PR	124.854.419-60	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
02	EMILY DOS SANTOS ZIGRILA	3ª SÉRIE	18/04/2002	13.781.921-6 - SSP/PR	103.361.319-53	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
03	ISABELLY DOS SANTOS CLAVERO	3ª SÉRIE	14/04/2002	14.183.048-1 - SSP/PR	110.180.309-64	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
04	JESSICA CAROLINE SILVA DE ANDRADE	2ª SÉRIE	12/05/1989	13.920.441-7 - SSP/PR	095.885.309-07	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
05	KETLYN FABIANA APARECIDA ROCHA DIAS	2ª SÉRIE	02/06/2003	15.622.601-7 - SSP/PR	151.826.048-07	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)
06	LUANA GABRIEL PAULINO	3ª SÉRIE	05/02/2001	14.927.737-4 - SSP/PR	116.253.069-14	FORMAÇÃO DE DOCENTES (MAGISTÉRIO)

ANEXO III
INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Nº	NOME	MÓDULO/ANO SÉRIE/SEMESTRE	DATA DE NASCIMENTO	RG/Nº	CPF/Nº	CURSO ACADÊMICO
01	EDUARDO CARDOSO AGOSTINETTI	---	01/12/2001	13.302.603-7 - SSP/PR	086.365.669-24	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
02	LEONARDO MARTINS FRANCOZI	---	25/09/1998	13.556.266-2 - SSP/PR	085.482.399-99	EDUCAÇÃO FÍSICA

Quase 100% dos turistas aprovam hospitalidade do Paraná

A hospitalidade é um dos itens mais bem avaliados pelos turistas internacionais que visitaram a Região Sul do Brasil em 2018. Segundo o estudo da Demanda Turística Internacional no Brasil, encomendada pelo Ministério do Turismo à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 98,5% dos visitantes estrangeiros no Paraná aprovaram a receptividade e

a atenção dos paranaenses. Esse índice também é quase uma unanimidade nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Entre os destinos mais procurados, destaque para as cidades de Foz do Iguaçu e Curitiba, no Paraná; Torres e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Florianópolis e Bombinhas, em Santa Catarina. A Argentina foi o país que mais

enviou visitantes à região, seguida de Paraguai e Uruguai. A maioria se hospedou em hotéis, flats ou pousadas, com um índice superior a 41%, à exceção de Santa Catarina, onde casas alugadas atingiram um índice de 54% das escolhas.

Mais de 96,6% dos turistas estrangeiros que estiveram no Sul manifestaram intenção de retornar, sendo que mais de 63,8% deles já

haviam estado no país anteriormente. Para o presidente da Paraná Turismo, Jacob Mehl, os números da pesquisa mostram exatamente o trabalho realizado em torno do turismo no Paraná. "Já tínhamos conhecimento do crescimento do Estado em relação à hospitalidade. Estão de parabéns os receptivos, a hotelaria, gastronomia, são eles que estão fazendo o turista gostar, avaliar e retornar ao Paraná", disse Jacob. O presidente ainda mencionou o turismo gastronômico e outras ações significativas realizadas este ano pela Paraná Turismo para tornar o Paraná cada vez mais conhecido turisticamente.

O estudo também identificou que o lazer é a principal razão da procura por Rio Grande do Sul (59,2%), Paraná (58,7%) e Santa Catarina (90,1%). OPÇÕES - As opções de turismo variam de acordo com o Estado. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, 95,1% e 73,7% dos turistas internacionais, respectivamente, declararam "sol e praia" como maior motivação. Já no Paraná, a maioria (75,8%) viajou atrás de "Natureza, ecoturismo ou aventura". E a gastronomia da região recebeu avaliação positiva de mais de 96% dos consultados.

Fonte: aen.pr.gov.br



ebsContábil
Assessoria Contábil, Empresarial e Jurídica

Rua Goiás, 392 • Sertãoópolis
Fone 3232-4217
Contabilidade, Imposto de Renda, Incra, Contratos, Advocacia Civil e Empresarial

Uso de dinheiro público em campanhas gera discussão no Senado

Mercado inicialmente para ser votado na sessão de hoje (17), o projeto de lei (PL) que altera regras do fundo partidário ainda não tem agenda definida. Ele chegou a ser posto para ser votado na sessão da última quarta-feira (11), mas um acordo adiou a votação.

Alguns senadores se manifestaram contra a votação do texto sem uma discussão prévia na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Como não há reunião marcada na CCJ amanhã, os senadores poderão ganhar tempo suficiente para discutir o texto.

Um acordo na reunião de líderes, na tarde de hoje, poderá confirmar o calendário do projeto. Por enquanto, ele ainda é incerto. Quando chegou ao plenário, na semana passada, a matéria encontrou resistência.

O argumento de senadores como Randolfe Rodrigues (Rede-AP),

Major Olímpio (PSL-SP) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE) é que não houve tempo para discutir o tema, uma vez que a matéria havia acabado de chegar ao Senado. Eles argumentaram que não tiveram tempo de ler o texto.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tentou colocar o projeto em pauta, mas recuou assim que os senadores contrários à votação fizeram um acordo com Werverton Rocha (PDT-MA), relator da matéria no Senado. O acordo estabeleceu a discussão na CCJ antes de voltar ao plenário.

O texto estabelece o fim do percentual fixo de 30% das emendas de bancada como referência para a destinação orçamentária ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o chamado Fundo Eleitoral.

A proposta também restringe a aplicação

de multa de 20% sobre o montante considerado irregular em contas de partido reprovadas pela Justiça Eleitoral. A multa só seria aplicada nos casos em que o agente teve a intenção de cometer a infração.

O texto aprovado pelos deputados no início do mês também prevê a volta da propaganda partidária semestral e exceções aos limites de gastos de campanhas eleitorais.

A obrigação dessa veiculação em rede nacional e estadual foi extinta pela última reforma eleitoral em virtude da criação do fundo eleitoral.

Alguns senadores já se manifestaram contrários ao projeto. Alessandro Vieira acredita que o texto é um "retrocesso" na legislação que cuida de partidos políticos.

"Ele só não abre as portas para mais do que dobrar o fundão, como ele gera uma série

de anistias, leniências e favorecimentos a partidos", disse. Para Vieira, o PL afrouxa mecanismos de fiscalização do gasto de dinheiro público em campanhas políticas.

Pagamento
Vieira e outros senadores também criticam um dispositivo que autoriza o pagamento de advogados de políticos com o dinheiro do fundo partidário, abastecido com dinheiro público.

O relator defendeu o trecho, argumentando que a prática se restringe a processos de cunho eleitoral. "[O pagamento] é para as questões eleitorais. Não é ação penal ou outra causa fora da eleição. Isso é mais do que justo", ponderou.

O PL também autoriza a prestação de contas eleitorais em formatos diversos,

em softwares contábeis da preferência do partido, sem uma padronização definida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para os críticos da matéria, essa medida, na prática, inviabilizaria a fiscalização dos gastos de campanha. Segundo Werverton Rocha, o projeto tenta adaptar uma prática já existente na Receita Federal em relação a declarações de empresas.

"Há quase 13

anos o TSE tenta que um software só receba a prestação de contas e, muitas das vezes, dá problema, é cheio de críticas. O que se quer é adaptar ao mundo contábil, para que ele [o candidato] possa fazer a prestação de contas como já faz das empresas na Receita Federal", argumentou.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), também se posicionou contra a ma-

téria.

"Você concordaria com um projeto que dificulta a transparência e a fiscalização dos recursos dos fundos partidário e eleitoral e que permite o uso, sem limite de valor, desse dinheiro público na contratação de advogados para a defesa de partidos e políticos? Esse projeto existe e está sendo votado no Senado Federal. Voto contra", disse, em sua conta no Twitter.



MOINHO GLOBO
desde 1954
www.moinhoglobo.com